

Direito do Trabalho

Professor: Alice Leporaci

Extinção do Contrato de Trabalho. Verbas na culpa recíproca e na morte do empregado.

Continuando as verbas incidentes nas hipóteses de extinção do contrato de trabalho, veremos as verbas devidas na hipótese chamada de culpa recíproca.

A culpa recíproca tem previsão no art. 484 da CLT.

Art. 484 - Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

A culpa recíproca ocorre quando ambas as partes envolvidas, empregado e empregado, atuam igualmente para a extinção contratual, ou seja, quando as duas partes atuam de forma culposa, com descumprimentos contratuais de igual intensidade para o rompimento do contrato.

A culpa recíproca incide quando as partes atuam culposamente, de forma recíproca, e com mesma intensidade para a extinção do contrato de trabalho. Por exemplo, quando empregado e empregador chegam às vias de fato e não se consegue verificar de quem partiu a briga.

Súmula nº 14 do TST

CULPA RECÍPROCA (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

Significa que haverá valores que o empregado irá receber de forma integral, já outros pela metade.

O empregado recebe:

- ✓ 100% do saldo de salário;
- ✓ Décimo terceiro salário integral;
- ✓ Férias integrais, acrescidas de 1/3;
- ✓ 100% do FGTS depositado;
- ✓ Seguro desemprego, se preencher os requisitos legais.

- ✓ 50% do aviso prévio na forma da súmula 14 do TST.
- ✓ Décimo terceiro proporcional, na forma da súmula 14 do TST.

- ✓ Férias acrescidas de 1/3, apenas as proporcionais, na forma da súmula 14 do TST.
- ✓ No que se refere à indenização compensatória do FGTS, **será no valor de 20%**, na forma do §2º do art.18 da Lei 8036/90.

Lei nº 8.036 de 11 de Maio de 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. § 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

Outra forma de extinção do contrato é a morte do empregado.

Com a **morte do empregado** automaticamente se extingue o contrato de trabalho, em virtude da característica da infungibilidade e da pessoalidade do contrato de trabalho referente ao empregado.

Quem tem inicialmente o direito de receber os valores decorrentes da morte do trabalhador são os **dependentes habilitados no INSS**.

Caso não haja dependentes habilitados no INSS leva-se em consideração a **ordem do Código Civil**.

Os **dependentes** receberão:

- ✓ Saldo de salário;
- ✓ Décimo terceiro salário integral ou proporcional;
- ✓ Férias integrais ou proporcionais, acrescidas de 1/3.
- ✓ Guias para levantamento do FGTS.
- ✓ Guias para levantamento do seguro desemprego.
- ✓ Não recebem aviso prévio.
- ✓ Não tem a indenização compensatória. A indenização compensatória é a indenização devida na hipótese de extinção do contrato, sem justa causa. Nesse caso, houve extinção por morte do trabalhador, consequentemente os dependentes não terão direito a receber os 40%.